



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA ELEITORAL RELATORA
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prestação de Contas n.º 208-34.2016.6.21.0000

Procedência: PORTO ALEGRE/RS

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE PARTIDO POLÍTICO - CONTAS - NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

Interessado: PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL – PT do B

Relator: DES. CARLOS CINI MARCHIONATTI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO ESTADUAL. PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL – PtdoB. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS.

Regularidade da notificação, ou da tentativa para tanto, do Partido e de seus dirigentes para, querendo, manifestar-se. No entanto, mantiveram-se omissos.

Pelo julgamento das contas como não prestadas, na forma do art. 45, §4º, VI, da Resolução TSE 23.463/15, e pela suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário até a regularização da situação do Partido perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 73, II, da Resolução TSE 23.463/15. .

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas de campanha referente às Eleições de 2016, do DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL – PT do B, em conformidade com o art. 45, §4º, da Resolução TSE nº 23.463/2015.

Autuado o processo, nos termos do art. 45, § 4º, inc. II, da Resolução do TSE 23.463/15, os autos foram remetidos à Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS para que esta instrísse o feito “com os extratos eletrônicos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

encaminhados à Justiça Eleitoral, com as informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e com os demais dados disponíveis”, conforme art. 45, § 4º, inc. III, da citada Resolução.

Foi juntada Informação pela unidade técnica, dando conta de que (fls. 07-09): a) não restam indícios da existência de recursos de fonte vedada, recursos de origem não identificada e fundo partidário para a agremiação; b) foi identificada a existência de extratos bancários, não havendo elementos suficientes para verificar se a agremiação, no âmbito de seu diretório estadual, abriu conta específica “Doações para a Campanha”, conforme as determinações dos arts. 3º e 7º da Resolução TSE n. 23.463/15; e c) em consulta, utilizando o CNPJ da agremiação – 02.496.551/0001-13, não foi identificada doação ou recebimento de recursos por parte de outros prestadores de contas.

Foram incluídos no feito os dirigentes partidários Natalino Sarápio e Solange Fátima Golunski, respectivamente, presidente e primeira tesoureira do PTdoB no ano de 2016 (fl. 24), tendo sido determinada notificação do partido e de seus responsáveis, para, querendo, oferecer manifestação no prazo de 72 horas (fl. 22).

Uma vez notificados o presidente e a primeira tesoureira do partido pelo correio com AR, tão somente esta última restou notificada (fl. 31), restando frustrada a notificação do partido por meio de seu presidente Natalino Sarápio (fl. 34).

Em seguida, foi expedida Carta de Ordem ao Juízo Eleitoral de Caxias do Sul para proceder à notificação do PTdoB, na pessoa de seu presidente, Natalino Sarápio, e de Natalino Sarápio, presidente do partido (fls. 48-49), a qual foi devolvida



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

cumprida, porém a parte não foi encontrada no endereço fornecido, conforme certidão de fl. 51.

Dessa forma, o TRE-RS determinou a notificação do PTdoB e de Natalino Sarápio, por meio de edital, o qual foi publicado no DEJERS em 11/04/2017 (fl. 57).

Sem manifestação da agremiação partidária, foi determinada a remessa dos autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral para exame e parecer (fls. 60).

II – FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, verifica-se que as tentativas de notificação do PTdoB se deram em relação ao partido e na pessoa de seu presidente, Natalino Serápio, e de sua primeira tesoureira, Solange Golunski.

Verifica-se, outrossim, que somente a notificação de Solange Golunski restou exitosa, conforme juntado do AR de fl. 31.

O art. 45, § 5º, da Resolução TSE nº 23.463/15, determina, expressamente, que o prestador de contas omissas deverá ser notificado na forma do art. 84 e seguintes da referida Resolução. Tal dispositivo prevê a notificação do partido e dos dirigentes responsáveis. Seguem os artigos mencionados:

Art. 45. As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até 1º de novembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso III).

(...)

§ 4º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

(...)

IV - o omissor será notificado para, querendo, manifestar-se no prazo de setenta e duas horas;

(...)

§ 5º A notificação de que trata o inciso IV deve ser pessoal e observar os procedimentos previstos no art. 84 e seguintes desta resolução.

Art. 84. As intimações relativas aos processos de prestação de contas devem ser realizadas na pessoa do advogado constituído pelo partido político ou pelo candidato, devendo abranger:

I - na hipótese de prestação de contas de candidato à eleição majoritária, o titular e o vice-prefeito, ainda que substituídos, na pessoa de seus advogados;

II - na hipótese de prestação de contas relativa à eleição proporcional, o candidato, na pessoa de seu advogado;

III - na hipótese de prestação de contas de órgão partidário, o partido e os dirigentes responsáveis, na pessoa de seus advogados. (grifado)

Ademais, o art. 68, IV, alínea “a”, da mesma Resolução condiciona a hipótese de julgamento pela não prestação das contas à omissão do órgão partidário e dos responsáveis (ou, ainda, à não aceitação de suas justificativas), depois de intimados na forma do art. 45, § 4º, IV, da Resolução. Eis a especificidade normativa:

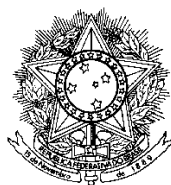
Art. 68. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 66, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/1997, art. 30, caput):

(...)

IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 1º:

a) depois de intimados na forma do inciso IV do § 4º do art. 45, o órgão partidário **e os responsáveis** permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou

No caso dos autos, restaram ineficazes as tentativas de notificação pessoal do presidente do partido, Natalino Serápio, bem como a intimação por nota de expediente do partido, razão pela qual procedeu-se à notificação do PTdoB e de Natalino Serápio por meio de edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Não obstante, não houve manifestação das partes acerca da não apresentação das contas do diretório estadual do partido.

Dessa forma, tendo sido cumpridas as exigências legais para a notificação do partido e dos seus responsáveis, passo ao exame do mérito.

II.II – Do mérito

É clara a Resolução TSE nº 23.463/2015, que, em seu artigo 45, § 4º, dispõe que excedido o prazo para apresentação das contas de campanha, e após a notificação pela Justiça Eleitoral, as contas dos partidos políticos que permanecerem omissos devem ser julgadas como não prestadas. *In verbis*:

Art. 45. As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até 1º de novembro de 2016 (Lei nº 9.504/1997, art. 29, inciso III).

(...)

§ 4º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

(...)

II - a autoridade judicial determinará a autuação da informação na classe processual de prestação de contas, caso ainda não tenha havido a autuação a que se refere o art. 44, e, nos Tribunais, proceder-se-á à distribuição do processo a um relator, se for o caso;

III - o chefe do Cartório Eleitoral ou a unidade técnica instruirá os autos com os extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral, com as informações relativas ao recebimento de recursos do Fundo Partidário, de fonte vedada e/ou de origem não identificada e com os demais dados disponíveis;

IV - o omissos será notificado para, querendo, manifestar-se no prazo de setenta e duas horas;

V - o Ministério Público Eleitoral terá vista dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de quarenta e oito horas;

VI - permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, inciso IV).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

§ 5º A notificação de que trata o inciso IV deve ser pessoal e observar os procedimentos previstos no art. 84 e seguintes desta resolução. (grifado)

No caso dos autos, a notificação do partido e de seu presidente, inclusive a pessoal, restou inexitosa, por ausência do destinatário, que, segundo informações de vizinhos, teria mudado do apartamento há aproximadamente 20 dias, sem deixar seu novo endereço na cidade de Erechim, para onde há notícia de ter se mudado.

De outro lado, a primeira tesoureira do partido, uma vez intimada pessoalmente, não apresentou manifestação, tampouco constituiu advogado nos autos para defesa.

Certo é que o partido deixou de prestar as contas de campanha relativas ao pleito de 2016, impondo-se, portanto, o julgamento de não prestação, nos termos do art. 68, IV, "a", da Resolução do TSE 23.463/15:

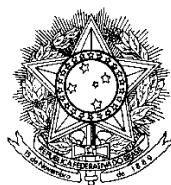
Art. 68. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 66, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo (Lei nº 9.504/1997, art. 30, caput):

(...)

IV - pela não prestação, quando, observado o disposto no § 1º:
a) depois de intimados na forma do inciso IV do § 4º do art. 45, o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas; ou (grifado)

Por fim, verifica-se que, uma vez não prestadas as contas, aplicável à espécie a penalidade de suspensão de cotas do fundo partidário, nos termos do art. 73, II, da Resolução TSE nº 23.463/2015:

Art. 73. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

I - ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;

II - ao partido político, a perda do direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário.

§ 1º Após o trânsito em julgado da decisão que julgar as contas como não prestadas, o interessado pode requerer a regularização de sua situação para evitar a incidência da parte final do inciso I do caput ou para restabelecer o direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário.

Outrossim, segundo o §1º, acima reproduzido, a suspensão do recebimento de cotas do Fundo Partidário deve perdurar até o partido interessado regularizar sua situação perante a Justiça Eleitoral e na forma do art. 73, § 2º, da Resolução TSE 23.463/15:

§ 2º O requerimento de regularização:
I - pode ser apresentado:

- a) pelo candidato interessado, para efeito da regularização de sua situação cadastral;
 - b) pelo órgão partidário cujo direito ao recebimento da cota do Fundo Partidário esteja suspenso ou pelo hierarquicamente superior;
- II - deve ser autuado na classe Petição, consignando-se os nomes dos responsáveis, e distribuído por prevenção ao Juiz ou relator que conduziu o processo de prestação de contas a que ele se refere;
- III - deve ser instruído com todos os dados e documentos previstos no art. 48 utilizando-se, em relação aos dados, o Sistema de que trata o art. 49;
- IV - não deve ser recebido com efeito suspensivo;
- V - deve observar o rito previsto nesta resolução para o processamento da prestação de contas, no que couber, para verificação de eventual existência de recursos de fontes vedadas, de origem não identificada e da ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário.

Esse é o entendimento da jurisprudência:

EMENTA - ELEIÇÕES 2016 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL - ARTIGOS 41, II, "B" e 42, II, DA RESOLUÇÃO TSE 23.463 - OBRIGATORIEDADE - INTIMAÇÃO REGULARMENTE REALIZADA - OMISSÃO DA APRESENTAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

DAS CONTAS - CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS - DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DO RECEBIMENTO DAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO - ARTIGO 73, II, §1º, DA RESOLUÇÃO TSE 23.463.

1. Nos termos dos artigos 41, II, "b" e 42, II da Resolução TSE 23.463, a Comissão Provisória Estadual de partido político está obrigada a prestar contas relativamente às eleições.

2. A ausência de movimentação financeira ou de recebimento de cotas do Fundo Partidário não isenta o órgão estadual da apresentação das contas. Artigos 41, §9º e 48 da Resolução TSE 23.463.

3. Contas julgadas não prestadas.

4. Suspensão de recebimento das cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a irregularidade.

(PRESTACAO DE CONTAS n 59927, ACÓRDÃO n 52854 de 07/03/2017, Relator(a) NICOLAU KONKEL JÚNIOR, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 13/03/2017) (grifado)

Logo, no caso em questão, a sanção de suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário deve perdurar até a regularização da situação do partido perante a Justiça Eleitoral.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral, pelo julgamento das contas como não prestadas, na forma do art. 45, §4º, VI, da Resolução TSE 23.463/15, e pela suspensão do repasse de verbas do Fundo Partidário até a regularização da situação do partido perante a Justiça Eleitoral, na forma do art. 73, II, da Resolução TSE 23.463/15.

Porto Alegre, 11 de julho de 2017.

Luiz Carlos Weber
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO